

CAPÍTULO 1

HISTÓRICO E OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE UM CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO DE SURDOS EM TEMPOS DE PANDEMIA OFERECIDO A DISTÂNCIA

Marisa Dias Lima¹

Em 2020, nos deparamos com o surto pandêmico provocado pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2, em todo o mundo, inclusive, no Brasil, sendo que diversas atividades rotineiras tiveram que ser paralisadas emergencialmente como medida preventiva contra a contaminação e disseminação da Covid-19, o que incluiu a educação (WHO, 2020). Dessa forma, tanto a instituição de ensino quanto as escolas e os professores tiveram que se reinventarem, adotando alternativas de ensino e recursos que atendessem a todos, a fim de promover a educação de qualidade, de forma igualitária, sem deixar de preservar a saúde pública de todos.

Aqui, estabelecemos a correlação da situação com a citação da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que determina que o poder público deve assegurar o ensino de qualidade, citando os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, no artigo primeiro, reconhecendo a necessidade e a importância de se prover o acesso à educação no ensino regular, para crianças, jovens e adultos que necessitam de um atendimento educacional especializado. Independentemente do momento vivido na sociedade, esses estudantes

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília - UnB. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora do “Curso de aperfeiçoamento em Educação de Surdos em tempos de pandemia”, 1ª e 2ª edições. E-mail: marisali-ma@ufu.br

têm esse direito de ensino garantido por lei, que não deve ser interrompido e /ou privado em nenhum momento de sua vida escolar.

No entanto, com a situação escassa da saúde pública, foi desencadeada a oferta do ensino remoto, que é visto como um ensino precário sem embasamento concreto da metodologia e conteúdo a ser trabalhado, o que foi agravado devido aos diferentes perfis de alunos, sendo que uns apresentam carência econômica para terem a estrutura, suporte e recursos necessários para acompanharem as aulas no ensino remoto. Portanto, esse contexto tornou mais grave a exclusão de alunos surdos durante a pandemia e as condições exigidas e requeridas a eles (SHIMAZAKI; MENEGASSI; FELLINI, 2020).

Em concordância, Simões (2020) afirma que, evidentemente, os mais atingidos pela medida emergencial para dar continuidade à educação durante a pandemia, as aulas remotas, foram os alunos surdos que, além de serem privados de acesso e interação linguística em ambiente escolar e pares surdos, também ocorre que alguns deles não possuem acesso às tecnologias.

Segundo o censo mais recente do IBGE (BRASIL, 2010), 9,7 milhões de brasileiros apresentam algum grau de deficiência auditiva, sendo desse total 501,647 mil em idade escolar de nível fundamental. Apesar de ainda se configurar um grande desafio implantar programas bilíngues e inclusivos, vale ressaltar que tal prática tem amparo legislativo (BRASIL, 2002, 2005, 2015, 2021). A carência de conhecimento por parte da sociedade sobre a importância de as crianças surdas manterem o contato o mais cedo possível com a língua de sinais, somada ao desconhecimento social da Libras como de fato uma língua, provoca limitações imensuráveis às políticas públicas. Contudo, cabe ao Estado garantir políticas linguísticas de ampliação e proteção da Língua Brasileira de Sinais e, conseqüentemente, a seus falantes surdos (MARTINS *et al.*, 2020).

Sendo assim, a Educação de Surdos e o ensino remoto se mostram como debates necessários e contínuos para a formação/capacitação/aperfeiçoamento de professores, sobretudo quando estão interliga-

dos com a realidade em que se encontram (SHIMAZAKI; MENEGASSI; FELLINI, 2020). Como declaram os autores Nozi e Vitaliano (2012), o ensino escolar deve assegurar a todos os alunos o pleno desenvolvimento social, cognitivo, psicológico e afetivo, formando integralmente indivíduos para executarem suas habilidades e funções no meio social.

Vale ressaltar que esse público deve aprender de forma interligada à língua dos surdos, no caso, a Libras – Língua Brasileira de Sinais –, e as particularidades de ensino aprendizagem dos surdos, atentando-se à língua, identidade e cultura surda, assim como também o ensino de português na modalidade escrita, para que haja uma boa compreensão sobre o uso da língua, a especificidade do sujeito surdo e a inclusão deste na sala de aula do ensino regular, para que, assim, ocorra uma maior interação dos surdos com os colegas, professores e demais profissionais envolvidos, ainda mais agora, com o ensino remoto.

Para a comunidade surda, a formação de professores, no que tange à Educação de Surdos, encontra carência, pois há muitos anos é aplicada de forma geral, sem se atentar com a prática efetiva, epistemologia surda, dentre outros, somando-se a isso, agora, o surto pandêmico, contexto no qual a Educação de Surdos se deu na modalidade de ensino remoto que é plenamente nula no que tange à formação de professor que debata esse tema com respaldo de materiais, estudos e pesquisas.

Apesar de que algumas formações foram difundidas massivamente nas redes sociais pelas secretarias, pesquisadores sobre a educação em tempos de pandemia para público geral, não houve formação quanto à especificidade dos alunos surdos, que se encontram em situação mais agravada, como afirmam Martins *et al.* (2020) ao identificarem as três principais questões preocupantes acerca do isolamento social de crianças surdas: 1) a escassez de interlocutores potenciais em Libras, nesse momento de limitações comunicativas e suas consequências para a apropriação da língua de sinais; 2) a desinformação frente aos desafios linguísticos entre pais e filhos surdos; 3) a falta de

recursos e ferramentas de entretenimento em língua de sinais voltados para crianças surdas.

Uma educação alicerçada nos fundamentos da inclusão escolar, que possibilita o aprendizado e respeito pela diversidade, evidenciando que todos os educandos são capazes de construir conhecimento, autonomia e condutas em relação aos valores que são formados socialmente, e que, conseqüentemente, beneficiará práticas sociais e integração entre todos os envolvidos (ALVES *et al.*, 2013). Em suas pesquisas, Conceição e Martins (2019) perceberam que a maioria dos surdos matriculados em escolas regulares era formada por filhos de pais não surdos e que não dominavam o uso de Libras ou não a utilizavam nas relações familiares cotidianas anteriormente à entrada dos filhos em escolas com programas bilíngües. Com isso, fez-se necessário saber se os alunos surdos estão sendo atendidos de acordo com os seus direitos em tempos de aulas remotas, tendo em vista que os surdos não possuem suporte necessário dentro de casa com os seus familiares nas atividades propostas no ensino remoto, devido à falta de comunicação entre eles e à ausência do uso e apropriação da Libras.

Diante disso, os fatos apontados instigaram-nos quanto à necessidade de discutir, com urgência, acerca do ensino de qualidade fundamentado nas especificidades linguísticas das quais estão sendo privados os alunos surdos e que é a base fundamental para promover o desenvolvimento destes, pois todas as crianças são iguais e têm os mesmos direitos, sendo que o que vai diferenciá-las é a forma como cada uma tem acesso ao aprendizado, no caso das crianças surdas, a Libras a ser intermediada em práticas pedagógicas e o seu uso linguístico no ensino remoto. Diante das possíveis dificuldades encontradas no ensino e na aprendizagem de alunos surdos, nesse período de pandemia da Covid-19, foi desenvolvida uma proposta de curso de formação de professores, de modo emergencial, sendo a 1ª edição ofertada em curta duração, posteriormente estendida em tempo maior na 2ª edição, em parceria com a SEMESP/DIPEBS/FNDE. Portanto, considerando o cenário da realidade da Educação de Surdos em tempos de pandemia em

escolas públicas da rede pública de ensino em todo o território do Brasil, que persistiram por mais de 2 (dois) anos, assim como a carência de formação específica de Educação de Surdos em tempos de pandemia para os professores da rede básica, houve a demanda de oferta dessa 2ª edição, realizada no ano de 2021.

1. Movimentos e articulações de instâncias superiores: processos para viabilizar formação de professores

Buscando propiciar formação inicial e continuada dos professores da Educação Básica, em um curto período de tempo, para ofertar a formação de professores acerca da Educação de Surdos em tempos de pandemia, houve articulação com inúmeras instituições acadêmicas e corporativas (UFU, UFSCar, UFTM, UFRN, UFSJ, MEC, SEMESP, FNDE²), regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, que se unem em parcerias para participarem do processo de formação de professores que residem em todo o país, capacitando-os via cursos à distância.

Essa ação foi contextualizada nos termos do Decreto 6.755/09, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e em seu artigo primeiro, que estabeleceu uma política de formação com a finalidade de atender à demanda por formação inicial e continuada dos professores das redes públicas de Educação Básica. O público-alvo são os professores que atuam no magistério sem ainda disporem de uma formação adequada.

² UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei
MEC – Ministério da Educação
SEMESP – Secretaria de Modalidades Especializadas
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

Nessa direção, buscando contribuir para a formação dos professores no que tange à Educação dos Surdos no ensino remoto, assim como pela situação emergencial, foi criado e oferecido o “Curso de aperfeiçoamento em Educação de Surdos em tempos de pandemia”, a distância, com cinco (5) instituições de Ensino Superior, em 1ª edição com a carga horária de 90 horas e duração de 3 (três) meses, dentre elas, as seguintes instituições que colaboraram nessa primeira instância de organização:

- Universidade Federal de Uberlândia – UFU, idealizadora do projeto, sob a coordenação de Marisa Dias Lima (Faculdade de Educação) – Gestão responsável + polo UFU;
- UFSCar, sob a coordenação de Mariana de Lima Isaac Campos – polo UFSCar;
- UFTM, sob a coordenação de Geyse Araujo Ferreira – polo UFTM;
- UFRN, sob a coordenação de Isaack Saymon Alves Feitoza Silva – polo UFRN;
- UFSJ, sob a coordenação de Rosely Lucas de Oliveira – polo UFSJ.

Desse modo, atentando-se à contribuição da instituição com a rede de formação continuada de professores em Educação de Surdos do MEC/SEMESP/DIPEBS, esse curso prima pela capacitação de professores, em todo o país, para a educação de pessoas surdas que foram submetidas a um ensino remoto sendo viabilizado pela EaD, que se mostrou como condição fundamental para sua oferta, assim como também a temática que se encontrava nula em qualquer órgão de ensino. Por isso, foi criada de forma emergencial a oferta desse curso.

No ano seguinte, 2021, a determinação do protocolo sanitário de isolamento ainda persistia em escolas, mantendo, assim, o ensino remoto. Diante disso, foi retomada a discussão da necessidade de dar

continuidade ao curso aos demais professores, sendo que foi promovida somente pela UFU a oferta da 2ª edição, com carga horária de 180h, com duração de 6 (seis) meses, a professores de todo o Brasil, que desejavam se atualizar nessa nova modalidade de ensino com os alunos surdos – o ensino remoto. Para viabilizar o alcance maior de professores que residem em diferentes regiões, foi promovida a modalidade do curso em Educação a Distância – EaD, a fim de estender maior capacitação e qualificação aos profissionais de todo o país.

Esse ambiente de formação EaD, de acordo com Silva, Godoi e Souza (2012), permite aos educadores/professores e profissionais envolvidos um novo meio para obter acesso à EaD, sinalizando a evolução mais recente em que a EaD habitual evolui para a Educação *on-line*. Silva, Godoi e Souza (2012) definem a modalidade *on-line* como aquela que conta exclusivamente com as disposições próprias da internet e tecnologias digitais convergentes e alertam para a necessidade de investirmos na gestão e na mediação da comunicação e da aprendizagem na internet. De acordo com esses estudiosos, para que a disponibilização de educação *on-line* esteja em sintonia com indicadores de qualidade em educação, como dialógica, compartilhamento, colaboração, participação criativa e simulação, é preciso investimento em gestão e mediação dessa educação.

A nosso ver, capacitar professores para atuarem com os alunos surdos na perspectiva do ensino bilíngue, em modalidade de ensino remoto por meio de curso EaD, contribui com a inclusão de pessoas surdas em toda a rede pública de ensino, por meio da ampliação das potencialidades de ensino aprendizagem aos alunos surdos, por intermédio de formação que apresenta metodologias, elaboração de material didático e produção de conteúdos e recursos a serem aplicados no ensino remoto, assim como possibilita a implantação de novas metodologias de ensino e de aprendizagem por meio do uso da Libras – língua adotada nas videoaulas do curso de formação, além de apresentar um caráter multidisciplinar dessa área a ser aplicado em aulas remotas, fundamentando a qualidade de ensino-aprendizagem aos estudantes

surdos, como determina a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Nesse sentido, a educação *on-line* se constitui como um novo modo de se fazer EaD e que se mostrou essencial para viabilizar o curso de aperfeiçoamento em Educação de Surdos, em tempos de pandemia, a distância.

2. O cenário da educação de surdos no Brasil

Atualmente, as políticas públicas brasileiras apresentam grandes avanços no que diz respeito à compreensão das diferenças implicadas na educação de pessoas surdas. Diferentemente da maior parte da história da educação desse grupo de pessoas, na qual a abordagem clínico-terapêutica (SKLIAR, 1998), de caráter medicalizador, buscava “normalizá-las” como única forma capaz de integrá-las à sociedade, hoje, esse grupo luta pelo respeito à sua identidade e cultura, buscando a sua independência social, econômica e pessoal.

Atualmente, no Brasil, podemos perceber as conquistas das pessoas surdas, pautadas na proposta educativa bilíngue. Quadros e Karnopp (2004) defendem que o “Bilinguismo” é uma proposta de ensino que considera a Língua de Sinais como língua natural da criança surda, ou seja, como sua primeira língua, que deve ser aprendida o mais cedo possível, e a Língua Portuguesa escrita como língua de acesso ao conhecimento, que deve ser ensinada a partir da Língua de Sinais.

Tal abordagem depende da presença de professores bilíngues que tenham domínio das duas línguas envolvidas, utilizando cada uma em diferentes momentos. A utilização da proposta bilíngue não é apenas a tradução de uma língua para outra, pois a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais têm bases originárias distintas, princípios e regras gramaticais diferenciadas: a Libras tem uma modalidade visual-gestual e a Língua Portuguesa oral-auditiva. Além disso, ao abrir espaço para a Língua de Sinais como primeira língua de instrução, é preciso entender que os surdos têm uma cultura própria, que deve ser reconhecida e respeitada.

É preciso ressaltar que as pessoas surdas³ têm a Língua de Sinais como língua natural de comunicação, e é por meio desta que a maioria dos surdos tece as suas relações com o mundo. Assim, o desenvolvimento de uma Língua de Sinais, cuja aquisição se processa de maneira natural para o sujeito surdo, será a base para a aquisição de uma segunda língua, pois esta lhe dará as condições necessárias para o desenvolvimento de sua cognição, de sua autoestima e de sua identidade.

A Língua de Sinais, utilizada pela comunidade surda brasileira, foi reconhecida oficialmente pela Lei Federal n. 10.436, de 24 de abril de 2002, como Língua Brasileira de Sinais (Libras). A referida lei, em seu Art. 1º, parágrafo único, define a Libras como “A forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (BRASIL, 2002, n. p.).

De acordo com Lucinda Ferreira Brito (1995), a Libras é dotada de uma gramática organizada a partir de elementos constitutivos das palavras e de um léxico (o conjunto das palavras da língua) que se estruturam com base em mecanismos morfológico, sintático e semântico. Estes possibilitam a produção de um número infinito de construções por meio de um número finito de regras.

Com relação à sua “estrutura sintática”, Strobel e Fernandes (1998) esclarecem que a Libras não pode ser estudada tendo como base a Língua Portuguesa, porque esta tem uma gramática diferenciada, independente da língua oral, que também é composta pelos níveis linguísticos: fonológico, morfológico, sintático e semântico. A ordem dos sinais na construção de um enunciado obedece às regras próprias, que refletem a forma de o surdo processar suas ideias, com base em sua percepção visual-espacial da realidade

Dentro desse contexto, Razuck (2011), com base em sua convivência com alunos surdos no espaço escolar, questiona o processo

³ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2000), existem, no Brasil, cerca de 5,7 milhões de pessoas com algum grau de perda auditiva.

de alfabetização em Libras inexistente no ambiente escolar por esses alunos. Segundo a autora, o escasso conhecimento e uso constante da Libras nas escolas dificulta o pleno desempenho de todas as funções que a língua deve possibilitar, atuando, pois, como um impedimento comunicativo que afeta, inclusive, a estruturação do pensamento.

O mesmo pode se perceber nos dados publicados pelo Censo Escolar, referentes à “Evolução da Educação Especial no Brasil”, que revelam que, entre os anos de 2010 a 2019, o número de alunos surdos matriculados na Educação Básica e em instituições de Ensino Superior vem crescendo a cada ano no Brasil. No entanto, os dados apontam uma substancial diferença entre o número de alunos surdos presentes na Educação Básica, em contraste com o número de alunos que conseguem ingressar no Ensino Superior.

Embora não seja possível saber com exatidão o nível de escolaridade das pessoas surdas, o Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, nos permite ter uma noção da situação escolar dessas pessoas. Conforme dados divulgados, o Brasil possuía, em 2019, um número de 20.087 alunos surdos e 36.314 alunos com alguma deficiência auditiva matriculados em classes comuns na Educação Básica. Em classes exclusivas, o número de matrículas cai para 4.618 alunos surdos e 2.954 alunos com alguma deficiência auditiva.

No Ensino Superior, o INEP apresenta dados referentes a 2018. Conforme esses dados, o Brasil possuía, até esse ano, um total de 2.235 alunos surdos e 5.978 alunos com algum tipo de deficiência auditiva matriculados em algum curso de graduação presencial ou a distância. Numa rápida comparação, é possível concluir que a quantidade de alunos surdos ou com algum tipo de deficiência auditiva matriculados no Ensino Superior representava apenas um percentual de 11% do total dos alunos surdos e de 16% de alunos com algum tipo de deficiência auditiva matriculados na Educação Básica.

Essa comparação não nos permite uma informação exata sobre a situação escolar das pessoas surdas, visto que foi realizada com base em

dados referentes a períodos diferenciados 2019 e 2018. Entretanto, são importantes, pois nos possibilitam ter uma noção do quanto o acesso ao Ensino Superior parece distante da realidade da maioria delas.

De modo geral, embora esses dados sejam importantes, deixam algumas questões em aberto, por exemplo, a dúvida a respeito de como os direitos da Educação de Surdos é garantido: é assegurado um ensino bilíngue em que os conteúdos são trabalhados na Língua de Sinais? Enfim, são questões importantes para a compreensão dos seus processos de ingresso ao Ensino Superior, mas que, devido à falta de informações estatísticas em âmbito nacional, nos escapam à compreensão.

A inclusão de alunos surdos nas escolas regulares tem ressoado em uma série de desafios socioeducacionais, dentre os quais podemos destacar a adaptação do espaço físico da escola, das metodologias de ensino e da formação inicial e continuada dos professores, ressaltando que não basta apenas que estes aprendam a Libras, mas que aprendam, em seus cursos de formação, como desenvolver uma prática de ensino e aprendizagem que considere as necessidades de aprendizes surdos.

Na visão de Sá (2006), quando se opta por utilizar a Libras como primeira língua no processo educativo dos surdos, necessita-se entender que tal postura altera toda a organização escolar: os objetivos pedagógicos, as práticas de ensino e aprendizagem e a participação da comunidade surda no processo escolar.

No que concerne à proposta educativa bilíngue, embora reconhecendo-a como a que mais respeita as diferenças das pessoas surdas, ainda há uma série de questões de cunho político-pedagógico que merecem reflexão e necessitam de uma reestruturação dentro das escolas onde os surdos estão incluídos.

Entendemos que o professor, ao desenvolver suas atividades curriculares voltadas para o ensino do aluno surdo, precisa realizá-las utilizando a Libras, pois segundo a Lei n. 10436/2002, Decreto n. 5626/2005, e a recente Lei n. 14.191/2021, esses alunos têm o direito de se comunicarem, aprenderem e serem avaliados na sua primeira língua – a Libras. Nesse caso, acreditamos na necessidade de ter professores

bilíngues atuantes na escolarização desses estudantes. Nessa perspectiva, não há preocupação em negar as diferenças, mas fazer com que o surdo assuma o seu papel como cidadão brasileiro, em condições de participar ativamente da sociedade, considerando as suas peculiaridades na inclusão social e práxis escolar.

Apesar de todas essas dificuldades, o ambiente escolar para essas pessoas assume um importante papel na medida em que representa uma das poucas oportunidades de desenvolvimento das capacidades cognitivas, ainda que de maneira precária. Apoiando-se nas ideias de Schroeder (2007) *apud* Razuck (2011) aponta a escola como o lugar próprio onde ocorre o processo de formação de conceitos científicos por meio de interações com o outro e, também, de transformação das funções mentais superiores, de estruturação de ideias abstratas e liberação da necessidade do concreto.

Nesse sentido, é essencial a transformação do currículo e da formação docente, contribuindo para que o espaço escolar seja capaz de propiciar um ambiente de construção do conhecimento que respeite as diferenças linguísticas, identitárias e especificidades culturais das pessoas surdas. A inclusão que aqui se almeja é aquela que compreende o acesso igualitário ao conteúdo curricular, garantindo aos surdos não somente o acesso à educação, mas a sua permanência escolar e progressão nos estudos.

3. Legislação e criação de um curso

Posto o reconhecimento do *status* linguístico da Libras e das conquistas legais das pessoas surdas, focamos, neste espaço, em nossas discussões a respeito da Educação dos Surdos, que se atentam à língua, identidade e cultura surda, a serem promovidas em instituições de Ensino Superior na modalidade de Educação a Distância - EaD, considerando que as determinações do Decreto 5626/05 do capítulo 4 também aplicam-se a cursos de formação de professores e instrutores,

oferecidos pelas instituições públicas de Ensino Superior, inclusive, na modalidade a distância.

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a Educação Infantil até a Superior.

§ 1º Para garantir o Atendimento Educacional Especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para: o ensino e uso da Libras;

a) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa;

b) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua, para pessoas surdas.

(BRASIL, 2005, n. p.).

Partindo disso, os projetos de EaD tiveram o seu respaldo acentuado após a publicação da Lei n. 9394/96 e do Decreto n. 5622/05, que no Art. 80, dispõe: “[...] o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (BRASIL, 2005, n. p.). Essa modalidade de educação tem sido vista como uma alternativa viável para atender a um país de grandes distâncias geográficas, no qual muitas pessoas não têm acesso à informação e conhecimento.

Em meio a esse quadro, em 2005, foi criada a Universidade Aberta do Brasil – UAB, por meio da regulamentação do Decreto n. 5.800/06, que se trata de um sistema de integração entre instituições do Ensino Superior, que tem como objetivo viabilizar a expansão e a interiorização da oferta do Ensino Superior público e gratuito a partir do fomento à EaD, priorizando a formação inicial e continuada dos

professores da Educação Básica (BRASIL, 2006). Assim, diversas instituições federais de Ensino Superior integram o sistema UAB.

Nesse contexto, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no ano de 2020, buscou ações, orientação, formação/capacitação em conjunto com a Secretaria de Modalidades Especializadas do Ministério da Educação – SEMESP/MEC e com a Diretoria de Políticas Bilíngues de Surdos – DIPEBS para organização, produção e desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento para a formação de professores para atuarem na Educação de Surdos nesse tempo em que o país se encontrava – em tempos de pandemia –, a fim de viabilizar a qualidade do ensino remoto numa perspectiva bilíngue aos alunos surdos, o que propiciou um curso para discussões e reflexão sobre a educação de pessoas surdas no tempo presente e apresentação de materiais e didáticas de ensino na modalidade de ensino remoto, de forma contextualizada, com cerca de 300 vagas para os profissionais da educação, pelo polo da UFU, somando-se com outras 1.500 de outras universidades que elaboraram juntamente o curso. Houve resultados positivos da elaboração do curso e grande demanda e necessidade, uma vez que a Educação de Surdos ainda se encontrava em ensino remoto.

No mesmo ano, 2020, ele foi oferecido em sua primeira versão pela UFU, a idealizadora do projeto que contou com a parceria de outras 4 (quatro) universidades (UFSCar, UFTM, UFSJ e UFRN), que viabilizou a organização do curso em temas, assim como a elaboração das videoaulas e materiais pedagógicos, bem como compartilhamento de uma mesma plataforma que foi ofertada pelo MOODLE-CEAD-UFU. Em 2021, o Brasil ainda persistiu na oferta do ensino remoto e foi dada continuidade da proposta do curso em segunda versão, a qual foi promovida somente pela UFU, com 1.000 vagas.

Dessa forma, por meio do curso, pudemos contribuir com a inclusão escolar de alunos surdos na modalidade do ensino remoto, expandindo mais a contemplação da formação de professores de escolas públicas em toda a região do Brasil, em consonância com a produção de conhecimento, a fim de contribuir com a qualificação de professores

com um currículo que atenda e reconheça as diferenças linguísticas e culturais dos estudantes surdos. Portanto, visando, posteriormente, que os docentes estejam mais aptos para atuarem na Educação de Surdos em tempos de pandemia, além de cooperar diretamente no trabalho escolar desenvolvido nas instituições educacionais do país, auxiliando no ensino, considerando as especificidades inerentes à aprendizagem de estudantes surdos de forma plena, podendo, ao mesmo tempo, viabilizar o fluxo e a permanência desses educandos, assegurando, principalmente, no que concerne à sua língua natural de comunicação e expressão.

Além disso, pudemos ainda desenvolver estudos e pesquisas envolvendo procedimentos didático-pedagógicos para a Educação de Surdos em ensino remoto; diagnosticar, acompanhar e avaliar as contribuições do curso de formação continuada dos docentes da rede pública do Brasil, no que tange à Educação de Surdos.

Isso com um desenho original cuja abordagem de ensino envolveu conteúdo sobre a Educação Básica de Surdos: contextualização e formação de professor no ensino remoto; processo de ensino remoto e suas práticas na Educação de Surdos; por último, foi desenvolvido o conteúdo sobre o ambiente de ensino remoto e a relação entre o professor, família e surdos na modalidade de ensino remoto, sendo que a primeira edição do curso foi ofertada no período de 3 meses (outubro a dezembro de 2020), com a carga horária de 90 horas, e sua segunda edição, com maior tempo de organização de parceria e articulação, no período de 6 meses, tendo início no mês de outubro de 2021 e finalizando-se em março de 2022, com a carga horária de 180 horas, sendo a última versão ofertada.

4. Composição do curso de formação a distância: educação de surdos em tempos de pandemia

O curso de “Educação de Surdos em tempos de pandemia” tinha como objetivo oferecer formação continuada a distância, via web –

moodle –, para professores/educadores que atendiam ou pretendem atender alunos surdos na modalidade de ensino remoto. Desse modo, promover formação de professores que atuam na Educação de Surdos em tempos de pandemia em instituições de ensino, a fim de viabilizar os fundamentos e princípios das ações e práticas pedagógicas de ensino aprendizagem aos estudantes surdos da Educação Infantil ao Ensino Médio, na modalidade de ensino remoto nas instituições de ensino.

E tendo por finalidade:

- Formar professores da escola pública para atuarem na Educação de Surdos em tempos de pandemia na rede de ensino com os estudantes surdos de diferentes níveis e modalidades de educação;
- Desenvolver reflexões, ações e práticas pedagógicas aos professores para a atuação e/de utilização nos processos de ensino remoto na Educação de Surdos em tempos de pandemia;
- Contribuir com o processo de inclusão escolar e social de pessoas surdas em tempos de pandemia, por meio da capacitação dos professores que atuam na educação de surdos na escola pública.

Esse curso de aperfeiçoamento em Educação de Surdos em tempos de pandemia para a formação continuada de professores foi ministrado integralmente a distância por meio do MOODLE-CEAD, com materiais e videoaulas bilíngues (Libras/Português), contando com professores pesquisadores, professores formadores, supervisores e técnicos, sob o comando e acompanhamento constante da coordenação assumindo e acompanhando as turmas, assumindo a função de apoio/suporte aos tutores, que contando com os professores da Educação Básica que atuam com a Educação de Surdos em uma perspectiva de ensino bilíngue.

O curso contemplou 3 linhas de ação articuladas: (1) A formação foi dividida em três partes, sendo a primeira parte destinada à formação de professores acerca da contextualização de Educação de Surdos em tempos de pandemia; a segunda parte destinada aos processos, às ações e às práticas pedagógicas; a última parte destinada a ambiente de ensino remoto que envolve professor-família-aluno surdo.

O curso tem módulos que consideram uma metodologia de ensino bilíngue (Libras/Português escrito) de forma contextualizada (prática com atividades e sugestões de trabalhos a serem aplicados em ensino remoto) e interativa em situações do dia a dia. Concomitante às discussões práticas, o curso é apresentado de forma contextualizada em eixos temáticos, em 3 módulos de ensino, apresentando em torno de 12 temáticas com o total de 14 professores ministrantes convidados, dentre eles, 6 professores universitários (3 são mães de alunos surdos) e 9 professores que atuam em escolas de surdos, que puderam compartilhar seus conhecimentos e experiências no ensino remoto que exercem.

Por considerar que a Educação de Surdos ultrapassa a questão da comunicação, o curso também instiga reflexões e discussões vivenciadas em ensino remoto com suas dificuldades, entraves e escassez do uso da Libras, que objetivam inserir o aluno cursista em fatores pertinentes à educação de pessoas surdas, bem como fornecer um espaço para reflexão e discussão, como também trocas de experiências e contextos. Os conteúdos programáticos do curso abordaram os seguintes módulos e temas abaixo:

Quadro 1 – Ementa de conteúdo programático do curso

	Título do assunto	Ementa preliminar
Módulo 1	1.1 Contextualização de Educação de Surdos na pandemia	Contextualizar a Educação de Surdos em tempos de pandemia, estabelecendo as diferenças das práticas, do ensino, da aprendizagem e outras. Fundamentar sobre a relação da escola, professor, família e alunos surdos frente à realidade.

	Título do assunto	Ementa preliminar
Educação Básica de Surdos: contextualização e formação de professor no ensino remoto	1.2 Ensino remoto dos alunos surdos da Educação Infantil	A constituição e planejamento do campo do ensino, do ambiente e do aprendizado das crianças surdas na Educação Infantil em tempos de pandemia. Concepção de conhecimento acerca da subjetividade e especificidade linguística, histórica e cultural das crianças surdas.
	1.3 Ensino remoto dos alunos surdos no Ensino Fundamental	A constituição e planejamento do campo do ensino, do ambiente e do aprendizado dos alunos surdos no Ensino Fundamental em tempos de pandemia. Concepção de conhecimento acerca da subjetividade e especificidade linguística, histórica e cultural dos alunos surdos. Planejamento e elaboração de aula.
	1.4 Ensino remoto dos alunos surdos no Ensino Médio	A constituição e planejamento do campo do ensino, do ambiente e do aprendizado dos alunos surdos no Ensino Médio em tempos de pandemia. Preparação para o Enem. Planejamento de formação cidadã, civil e profissional.
Módulo 2	2.1 Alfabetização e letramento das crianças surdas	Práticas de alfabetização e letramento numa perspectiva bilíngue. Trabalhos de leitura, texto e intratextualidade. Contextos sociais e culturais de letramento para surdos em tempos de pandemia.
	2.2 Didática e metodologia de ensino remoto em uma perspectiva bilíngue	Concepção e princípios da didática e metodologia de ensino remoto, articuladas à Educação de Surdos numa perspectiva bilíngue. Elementos das ações, práticas pedagógicas e metodologias.

	Título do assunto	Ementa preliminar
Processo de ensino remoto e suas práticas na Educação de Surdos	2.3 Produção de materiais didáticos com recursos multimodais	Fundamentos, princípios e conceito de material didático para a Educação de Surdos. Definição de procedimentos metodológicos, de conteúdos e de atividades para a elaboração de materiais didático-pedagógicos para surdos. Elaboração e transversalidade dos materiais didáticos.
	2.4 Utilização de tecnologias e <i>softwares</i> bilíngues no ensino remoto	Utilização do vídeo, da Internet, das redes sociais e de multimídias na educação de surdos. Conhecimento e uso de softwares educativos para surdos. Linguagens multimodais. Culturas de mídias.
Módulo 3 Ambiente de ensino remoto: professor, família e surdos	3.1 Processo de interação bilíngue interligada a recursos visuais (com narrativas, literatura, atividades lúdicas, jogos e outros)	Papel dos profissionais acerca do ambiente de ensino remoto numa perspectiva bilíngue (Libras/Português). Organização de aula, plataformas e ambientes como espaço de realização de atividades produtivas, em que a aprendizagem significativa deve ser construída por alunos e professores. Acessibilidade linguística, cultural e atitudinal.
	3.2 Interação professor-aluno surdo no ensino remoto	Orientação, suportes e estratégias de fortalecimento de vínculos a serem estabelecidos entre o professor e alunos surdos, a fim de minimizar os impasses de ensino aprendizagem dos alunos surdos.
	3.3 Interação professor-família no desenvolvimento do aluno surdo	Orientação, suportes e estratégias de fortalecimento de vínculos a serem estabelecidos entre o professor e a família, frente ao desenvolvimento dos alunos surdos. (elaboração de atividades, roteiros e dinâmicas de interação)

	Título do assunto	Ementa preliminar
	3.4 Interação com pais surdos de filhos surdos e/ou ouvintes	Orientação, suportes e estratégias de fortalecimento de vínculos a serem estabelecidos entre o professor e pais surdos, frente ao desenvolvimento dos alunos surdos e/ou ouvintes. (elaboração de atividades, roteiros e dinâmicas de interação)

Fonte: Elaboração própria dos autores.

As videoaulas dos módulos foram gerenciadas na plataforma *MOODLE*, em uma versão atualizada pela UFU e pela equipe do Centro de Educação a Distância – CEAD. A escolha por essa plataforma de gerenciamento deu-se devido a ela ser gratuita e de fonte aberta. Isso significa que os administradores têm acesso ao código fonte do *software*, podendo examinar, alterar, ampliar e modificar a plataforma.

A determinação do CEAD-UFU ser o administrador de plataforma do curso para os 5 polos de instituições do Ensino Superior que compôs a parceria desse projeto de formação (UFU, UFSCar, UFTM, UFRN e UFSJ) se deve à experiência que esse Centro teve na oferta de curso EaD em cursos anteriores, dentre eles, “Atendimento Educacional Especializado para Surdos”, que foi ofertado em 8 edições e 4 edições no curso de Libras para professores. Além da experiência do CEAD-UFU, dispomos de equipes capacitadas e qualificadas para intermediarem a organização e estrutura para todos os 5 polos, o que resultou em um belo trabalho e estruturação do curso, o qual se tornou uma referência de formação de professores no que tange à Educação de Surdos, mais especificamente, no ensino remoto.

Os alunos cursistas e os administradores do curso puderam acessar os módulos de qualquer lugar, com a utilização de um computador, conexão com a internet e um navegador web (*Chrome*, *Mozilla*, *Firefox* etc.). Além disso, o uso de ambientes *on-line* para cursos a distância pode tornar o conteúdo mais eficaz e interativo, usando as

vantagens da internet sem dispensar a necessidade do professor e da elaboração do material didático.

Para o desenvolvimento do curso, são utilizadas as ferramentas disponíveis no *Moodle*. Dentre estas, destacamos algumas: o envio e compartilhamento de materiais de estudo via web; os fóruns e as salas de bate-papo (chats); testes de múltipla escolha; as pesquisas e os questionários; a coleta de correção das atividades avaliativas; o registro e relatório de notas; as videoaulas.

Cada módulo tem um tema central e, no decorrer dele, são realizadas atividades avaliativas: fórum de discussão, diário de bordo, atividade final com plano de aula e questionário. Nos conteúdos referentes a cada módulo, também são disponibilizados ao aluno materiais de estudo e sugestões de leituras, para que os cursistas possam expandir conhecimentos e utilizar fora do curso em vários momentos em que quiserem.

O curso é apresentado em um formato acessível, com uma interface simples e interativa, utilizando todos os recursos de multimídia e de interação disponíveis na web. Todo o material é desenvolvido utilizando recursos de gravação e edição de vídeo. As indicações de leituras e diretrizes para o desenvolvimento das atividades do curso, como o guia de estudantes, cronograma e orientações tecnológicas são disponibilizadas no *Moodle*, em formato de PDF, sendo que os alunos podem fazer *download* e salvar em seus aparelhos.

A necessidade de utilização de diferentes mídias foi observada, tendo em vista experiências anteriores com a oferta de vários cursos promovidos pela instituição na modalidade a distância. O aluno cursista, muitas vezes, não dispõe de um computador com acesso à internet ou possui uma conexão com a internet muito lenta. Desse modo, considerando as possíveis dificuldades desses alunos acessarem o material *on-line*, que privilegiará a utilização de recursos visuais e hipemidiáticos, como as videoaulas gravadas em vídeos armazenados em EDUPLAY-RNP, que é um *software* de uso público e gratuito etc.

Atualmente, muitos cursos na modalidade EaD, oferecidos pelo MEC, focam na utilização de mídias digitais, no entanto, a acessibilidade e direitos linguísticos ainda se encontram em posição de destaque, sendo uns dos recursos mais essenciais que difundem a acessibilidade e condições adequadas para o ensino aprendizagem nos cursos ofertados na modalidade a distância. A acessibilidade linguística adotada no curso, com videoaula ministrada em Libras e tradução de voz em português, tem um fator e papel relevante para que a formação de professores que atuam e ou atuarão na Educação de Surdos tenham bases e condições de promover o desenvolvimento de conhecimentos aos surdos e ouvintes que ingressaram no curso e, posteriormente, possa ampliar as condições de acesso e permanência dos alunos surdos na Educação Básica, com vistas à valorização da sua cultura e identidade.

Cabe ressaltar que o curso não tem a finalidade de substituir a formação presencial dos professores, mas foi essencial no período pandêmico, no qual todos os cidadãos foram instruídos a seguirem o protocolo sanitário, com o isolamento e distância. Ao mesmo tempo, a formação EaD constituiu-se em uma ferramenta alternativa e complementar de formação de professores e facilitação de ensino aprendizagem acerca da Educação de Surdos, sem contar que propiciou ser acessível aos professores de regiões remotas.

5. Considerações Finais

O cenário da Educação de Surdos ainda revela inúmeras limitações, sendo a carência de professores com formação adequada para receber o aluno surdo em sala regular de ensino o principal fator limitante desse processo. De uma maneira geral, a pretensão do curso é contribuir com a formação de professores da Educação Básica em todo o país, que atuam ou desejam atuar na Educação de Surdo, por meio da formação numa perspectiva bilíngue e do oferecimento de um espaço

para reflexão e discussão entre os profissionais, propiciadas por meio da EaD.

Assim, acreditamos que o desenvolvimento e produção desse curso são relevantes para a academia no tocante à tríade dos princípios da Universidade Pública, que prima pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse caso, a oferta do “Curso de formação de Educação de Surdos em tempos de pandemia” a distância propiciou a investigação e a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos que contribuem com a solidez de conhecimentos na área de educação de pessoas surdas.

O desenvolvimento e a produção desse curso auxiliam às demais instituições públicas do país no processo de Educação de Surdos em ensino remoto, uma vez que a utilização do produto/material desenvolvido poderá acontecer por meio de parcerias destas com a UFU. Funciona, portanto, como ferramenta didático-pedagógica para o ensino bilíngue (Libras/Português escrito), podendo também funcionar como curso de extensão destinado a professores da Educação Básica em todo o país, contribuindo com a qualificação dos professores no atendimento aos alunos surdos das suas classes.

A comunidade surda também é beneficiada, pois o curso auxilia na consolidação e na divulgação da Educação de Surdos em uma perspectiva de ensino bilíngue, capacitando professores da rede pública de ensino que recebem alunos surdos. Inclusive, um melhor suporte de orientação acerca da relação dos professores com as famílias e com os seus filhos surdos. A oferta do curso também auxilia os próprios alunos surdos no sentido de que poderão encontrar, no seu processo de escolarização, professores melhor qualificados para os receberem na sala de aula regular de ensino.

A oferta do curso nos levou ao reconhecimento das variações que se refletem em níveis de incorporação da tecnologia aos processos de ensino aprendizagem da Libras, que movimentam a formação postada em uma plataforma educacional. Esses níveis de incorporação da tecnologia, sobretudo a digital, aos processos educacionais do ensino

bilíngue na modalidade de ensino remoto, nos levou a denominar a EaD *on-line* como aquela EaD praticada em espaços virtuais de aprendizagem, também chamados de AVAs.

Nessa perspectiva, pela sua interatividade, o ambiente virtual ou a sala de aula *on-line* permitiu-nos identificar diversos níveis de interação, de aprendizagem, de conhecimento, de acesso à informação e à instrução pedagógica, pelo fato de esse espaço virtual de aprendizagem propiciar acesso a informações e conhecimentos em rede, esses níveis de incorporação de tecnologia acontecerem desde o acesso individual a informações inalteráveis do curso até a imersão total em um ambiente de prática, por um professor formador e/ou tutor e apoiado por uma comunidade de aprendizagem. Cabe ressaltar que a oferta do “Curso de Educação de Surdos em tempos de pandemia” – 1ª e 2ª edições a distância não tem finalidade de substituir a formação presencial que tem a roda de conversa, debates e discussão de leituras e aulas apresentadas, mas de oferecer um espaço alternativo para a formação continuada de professores.

Nesse sentido, a imposição de isolamento e ensino remoto, que viabilizou o EaD, mostrou-se como condição essencial para que o “Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Surdos em tempos de pandemia” a distância alcançasse professores da Escola Básica de todo o país. Assim, foi a parceria entre instituições de Ensino Superior, MEC, SEMESP, DIPEBS, UAB, CEAD e FNDE, viabilizada pela EaD, que possibilitou a criação e oferta desse curso, atendendo à demanda por formação continuada dos professores da Rede Pública de Ensino do Brasil na perspectiva da Educação Bilíngue.

Por fim, até o momento presente, o projeto do curso de formação de Educação de Surdos em tempos de pandemia foi e ainda é o único da área que tem sido ofertado aos professores da Educação Básica em todo o território do Brasil, resultando em um grande aprendizado com riqueza de aprendizagem e conhecimento, que antes era praticamente nulo. Esse aprendizado foi reaproveitado pelos

docentes em sua prática pedagógica, aplicado no retorno de aulas presenciais.

Referências

ALVES, T. P. *et al.* Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 7, n. 3, p. 192-204, 2013. DOI: <https://doi.org/10.14244/%2519827199790>. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/790>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 2 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos na LDB. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.html. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CONCEIÇÃO, B. S.; MARTINS, V. R. O. Discursos de pais de crianças surdas: Educação Infantil e a presença da Libras. **Educação**, Santa Maria, ISSN 1984-6444, fevereiro, v. 44, p. 1-24, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644438319>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/38319>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MARTINS, V. R. O. *et al.* Atenção bilíngue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do “coronavírus” - covid-19. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS, ISSN: 2316-8722, agosto, 2020, São Carlos. **Anais** [...]. São Carlos: CIET:ENPED, 2020. p. 1-13. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1328/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

NOZI, G. S.; VITALIANO, C. R. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 333-347, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X3343>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3343>. Acesso em: 30 jan. 2023.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAZUCK, R. C. S. R. **A pessoa surda e suas possibilidades no processo de aprendizagem e escolarização**. 2011. Tese (Doutorado em

Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185114>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SCHROEDER, E. Conceitos espontâneos e conceitos científicos: o processo da construção conceitual em Vygotsky. **Atos de pesquisa em educação (FURB)**, Blumenau, v. 2, n. 2, p. 293-318, 2007. DOI: <http://doi.org/10.7867/1809-0354.2007v2n2p293-318>. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/569>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SHIMAZAKI, E. M.; MENEGASSI, R. J.; FELLINI, D. G. N. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.15476.071>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15476>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SILVA, L. C.; GODOI, E.; SOUZA, V. A. Políticas de inclusão: vozes e percepções de professores da rede pública do projeto professor e surdez. *In*: SILVA, L. C.; DECHICHI, C.; SOUZA, V. A. (Orgs.). **Inclusão educacional, do discurso à realidade**: construções e potencialidades nos diferentes contextos educacionais. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 159-176.

SIMÕES, R. D. C. D. S. **Educação na pandemia**: a realidade do ensino remoto para surdos no município de Pirpirituba/PB. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização de Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Universidade Aberta do Brasil, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1192>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SKLIAR, C. B. (Org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

STROBEL, K. L.; FERNANDES, S. **Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação: Superintendência da Educação: Departamento de Educação Especial, 1998.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção**: Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. (Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade).